

AUTONOMIA, DESCENTRALIZAÇÃO E CONSELHO DE ESCOLA: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

Taciana dos Santos Magalhães - PPGE-UFES

tacianamagalhaes@globo.com

RESUMO

A investigação da autonomia e da descentralização, ligadas à realidade educacional brasileira e ao contexto real da organização da gestão democrática da escola pública, articuladas ao desenvolvimento da democracia e às características próprias da formação política brasileira, atuam como limites históricos para a democratização da escola, e junto à emergência destes, são pressupostos da gestão democrática, ao ver as dimensões da autonomia, da descentralização, da autonomia para a escola pública e o Conselho de Escola enquanto práticas determinantes à descentralização da escola.

TEXTO AMPLIADO

Partindo da concepção de que a política educacional busca a compreensão da educação enquanto construtora coletiva de atores político-sociais de diferentes instâncias, e tendo como base as relações de poder que orientam a práxis educacional buscamos refletir sobre a política educacional, que se apresenta como aspiração de mudança estabelecida na relação com o Estado, constituindo-se em processo sócio-histórico e político-pedagógico articulado pelo vínculo entre sociedade política e sociedade civil. Enquanto política educacional, a gestão escolar articula-se às transformações da sociedade global e às ocorridas no Brasil, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando o princípio da gestão democrática foi instituído como um dos elementos organizadores do ensino, enquanto síntese formal e dialética de expectativas por parte de grupos organizados da sociedade civil que atuaram em nível nacional e estadual, e ainda na elaboração de leis orgânicas em diversos municípios.

A descentralização e a autonomia se inserem como categorias a serem analisadas dentro do contexto apresentado, principalmente em um momento em que aparecem como conceitos-chave de algumas políticas públicas. A construção da gestão escolar dentro de uma perspectiva dialética crê em um processo constante, mediado pelas coletividades, que têm no educar como projeto político-pedagógico, seu eixo norteador. Essa práxis é constituída pela descentralização de poder e autonomia dos sujeitos coletivos. Com esta compreensão, torna-se necessário indagar o sentido histórico dos conceitos de descentralização e autonomia em relação ao desenvolvimento do Estado brasileiro e do capitalismo em nível global e local. Isso, porque a descentralização vem acompanhada de um conjunto de pressupostos que fundamentam determinado projeto político de sociedade, visto que Arellano (1980) coloca que "(...) ela só constitui uma tese válida quando exprime a opção de um poder político mais amplo nos quais ela ganha sentido.

No decorrer deste trabalho, buscamos levantar os pressupostos para a articulação do contexto social mais amplo, articulando as transformações decorrentes do estabelecimento de novas ideologias, a partir do surgimento dos paradigmas da pós-modernidade. Articulamos, ainda, o desenvolvimento histórico brasileiro ao desenvolvimento de democracia, evidenciando características presentes na formação política brasileira, que atuam sobre a organização do espaço público, fragmentando-o. Procuramos ainda, levantar os pressupostos da gestão democrática, as dimensões da autonomia e da descentralização, refletindo sobre propostas diversas de autonomia para a escola pública, pontuando os Conselhos de Escola enquanto instâncias que possibilitam a descentralização institucional.